

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Uma Escola Técnica de Saúde para uma nova cidade: ETESB - 60 anos de prestação de serviços

 Nilceu Jose Oliveira *
Patricia Brito Monteiro **
Stephanie Caroline Soares Gurgel ***

Resumo: Uma Escola criada para formação técnica em Saúde para atender as demandas do Serviço de Saúde do Distrito Federal (DF), desde a sua criação no Planalto Central brasileiro. Assim, a Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) desenvolve suas atividades ao longo dos últimos 60 anos. Este trabalho tem como objetivo apresentar a criação desta Escola Técnica em Saúde, o desenvolvimento de suas atividades, a importância para o DF e as principais características pedagógicas, educacionais e gerenciais. Um contexto harmônico entre os Sistemas Educacional e de Saúde é apresentado como indutor de oportunidades de profissionalização envolvendo usuários das Escolas Públicas do DF. A ETESB cumpre seu papel de Responsabilidade Social para a população do DF, quer no campo da Saúde, quer no Educacional. Uma história a ser contada.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Ensino Técnico. Sistema Único de Saúde.

* Nilceu José Oliveira - possui graduação em Farmácia e Especialização em Bioquímica pela UFMG, Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica pela UNIFA, Mestrado em Ciências Aeroespaciais pela UNIFA e Doutorado em Bioética pela UnB. Possui ainda Especialização em Administração dos Serviços de Saúde (Saúde Pública e Administração Hospitalar) pela UNAERP; Especialização em Biotecnologia: Fundamentos Técnicos, Aplicações e Perspectivas pela UFLA; Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela UNB; e Especialização em Bioética pela Cátedra UNESCO/UNB. Participante da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC) e da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). Foi agraciado com a Medalha Militar MÉRITO SANTOS DUMONT/COMAER (1994), ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO Grau Oficial/COMAER (2010) e COMENDA MÉRITO FARMACÊUTICO/ Conselho Federal de Farmácia (2010). Atualmente é Diretor da Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB/FEPECS/SES/DF), Oficial Farmacêutico da Reserva/Comando da Aeronáutica/Ministério da Defesa, Diretor-Tesoureiro da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), Membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/HFA) e da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA/HFA) do Hospital das Forças Armadas/Brasília/DF e Membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica do Conselho Nacional de Saúde.

** Patrícia Brito Monteiro é graduada em enfermagem pela União Educacional do Planalto Central (2007) e especialista em Docência de Nível Técnico/UCG (2011). Gerente de Cursos da ETESB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5543045738184610>. Contato: brito.13@hotmail.com.

*** Stephanie Caroline Soares Gurgel é graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2009) e especialista em Psicopedagogia/UPIS. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Gerente Pedagógica da ETESB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1707543179871161>. Contato: stephaniegurgel@gmail.com.

Introdução

As transformações econômicas e sociais que ocorrem ao longo da história dos países marcam o planejamento e as ações que regulam e impactam as propostas educacionais a serem implantadas. Assim, o mercado de trabalho e os interesses políticos de cada época estão nesse contexto apresentado (PAIVA, 2013).

Desta forma, no Brasil, especificamente a partir de 1909, pelo Decreto nº 7.566, foram criadas as “Escolas de Aprendizagem Artíficas”, em número de 19 espalhadas pelo país. Uma visão assistencialista pode ser evidenciada nesta decisão, de tal forma que deve ser considerado:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

Uma visão de oportunidade, essencialmente prática, se expõe, já se projetando uma clara distinção entre as conjunturas educacionais para a classe trabalhadora e para as “elites” de então – educação dos trabalhadores e educação para as “elites” (PAIVA, 2013).

Para além dos interesses políticos da época, no caminho histórico e numa demonstração de relação de proximidade entre as áreas da Educação e da Saúde, encontramos a instituição do Decreto nº 19.402/1930, no Governo de Vargas, quando no Governo Federal é criado o “Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública”, onde temos o “Art. 2º Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar”. Deste então evidenciamos uma proximidade de interesses entre as áreas (BRASIL, 1930). Na continuidade encontramos a Lei nº 378/1937 que mantém a proximidade das citadas áreas sociais com a manutenção das atividades em um único ministério, agora Ministério da Educação e da Saúde (BRASIL, 1937).

Em 1961, pela Lei 4.024, foi concebida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação com normas para o Ensino Técnico e a centralização da expedição dos diplomas no Ministério da Educação e Cultura para a devida “validade nacional”. Para esse ensino técnico foram definidas as áreas Industrial, Agrícola e Comercial (BRASIL, 1961)

Em sequência, já nos Governos Militares pós-1964, foi emitida a Lei 5.692/1971 que trazia a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino médio. O impacto foi evidente, pois “as escolas não tinham

profissionais em número e formação para atender essa nova solicitação legal e nem estrutura física e material”, além de promover “uma visão de educação pautada na racionalização, concentração, voltada para a eficiência e produtividade com vistas a se obter o máximo de resultados com o mínimo de custos” (PAIVA, 2013).

A partir desse contexto apontado este trabalho tem por objetivo apresentar a criação, em seu contexto histórico, da Escola Técnica de Brasília (ETESB). Da mesma forma, tem o intuito de apresentar sucintamente o desenvolvimento das atividades ao longo dos 60 anos de existência e a importância para o cenário da assistência à Saúde no Distrito Federal.

Para tanto, as atividades desenvolvidas para elaboração do texto foram de cunho teórico e derivadas de pesquisa documental com a busca em acervo da ETESB, da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES/DF), do Arquivo Público do Distrito Federal. Também foram realizadas buscas em bases de dados de interesse, em especial sobre o contexto histórico de Saúde no Distrito Federal (DF).

A criação de uma cidade é “desejada” e a sua implementação decorre de ações práticas de efetivação de planos. Assim, começa uma história.

1. Uma nova cidade e sua política de saúde

Com uma história que tem como um dos pontos relevantes a demarcação em 1892 de um quadrilátero no Planalto Central para a implantação da nova capital do país, Brasília – uma capital “sonhada” desde o período colonial brasileiro – é inaugurada em 21 de abril de 1960. Fruto de intenso trabalho de planejamento, de execução e de força política, a nova capital brasileira agrega um contingente populacional de cidadãos oriundos de numerosos Estados brasileiros, com culturas e aspectos socioeconômicos díspares (SENADO FEDERAL, 2010; LOUZADA, 2003).

Uma capital voltada para o futuro, desejada e planejada, com marcantes e inéditos projetos urbanísticos e arquitetônicos, criada para ser moderna e assinalada para ser a identidade nacional para o futuro da nação brasileira.

Deste Planalto Central, desta solidão, que em breve se transformará no cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez para o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino (Juscelino Kubitschek em LOUZADA, 2003).

Com uma população em 1960 de pouco mais de 140.000 habitantes e com um crescimento de 280 % até 1970 (540.000 habitantes) e de 118 % para 1980 (1.170.000 habitantes), muito superior à média

nacional, e condições muito diferentes de oportunidades de emprego, educação e saúde, foram criadas no Distrito Federal diferenças/desigualdades sociais entre as populações residentes nas chamadas áreas administrativas. Os cidadãos residentes na área central, chamada Plano Piloto, possuíam condições de vida melhores que os outros de regiões então designadas como “cidades satélites”. Em 1990 existia uma população de 1.600.000 habitantes e em 2000 o número de 2.000.000 (SENADO FEDERAL, 2010).

Como parte do planejamento para o atendimento à Saúde para a população residente no novo Distrito Federal, compondo uma política pública, desejando um serviço público moderno como uma organização sistêmica e integral com vistas a oferecer um serviço assistencial adequado, propôs-se o chamado Plano de Saúde Bandeira de Mello, em 1960 (GOTTEMS et al., 2009; GOTTEMS et al, 2019).

O citado plano propunha a criação de uma Fundação Hospitalar (Decreto nº 48.298/1960), posteriormente subordinada a uma Secretaria de Saúde, com estruturas hospitalares em rede distribuídas pela área do DF, com níveis de complexidades diferentes, para uma assistência a uma população prevista de até 500 mil habitantes (GOTTEMS et al, 2009; GOTTEMS et al, 2019).

Como apresentado, esta estrutura de Saúde proposta possuía uma orientação técnica centralizada e de descentralização dos serviços, de modo a tornar mais facilitador o possível atendimento à população, evitando deslocamentos desnecessários e levando a centralização dos serviços mais complexos – centros de saúde e hospitais regionais. Este planejamento contava com atendimento domiciliar a pacientes em recuperação com a proposta de redução de permanência em leito hospitalar (GOTTEMS et al., 2009; GOTTEMS et al, 2019).

O modelo proposto até então indicava uma atenção ao cidadão em que predominava o modelo assistencial hospitalocêntrico, com as atividades em Saúde previstas para serem realizadas de maneira predominantemente curativa e em unidade de Saúde. Para tanto seria necessário um contingente de mão de obra formada, dentre outros, de quantitativo de auxiliares e técnicos na área de Enfermagem - à época nível elementar e médio de formação educacional (GOTTEMS et al., 2009; GOTTEMS et al, 2019).

A partir de 1979, outro modelo de assistência foi implantado – Plano de Assistência à Saúde ou de Jofran Frejat, que incorporava uma Atenção Primária a Saúde para uma melhoria na Atenção à Saúde e uma maior cobertura de atendimento. Intensificou-se a construção de hospitais e centros de saúde, mantendo a regionalização no atendimento (GOTTEMS et al., 2009; GOTTEMS et al., 2019).

2. Uma Escola e seu desenvolvimento ao longo dos anos

2.1 Documentação de relevância

Pela Resolução nº 12/1960 do Conselho Diretor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF) foi criada a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Brasília, destinada a prover cursos de Atendente de Enfermagem e de atualização de conhecimentos profissionais aos Enfermeiros, Auxiliares e Atendentes de Enfermagem do quadro de pessoal da citada Fundação. Em 1961 foram designadas quatro Enfermeiras e três Médicos para a Comissão de Estudos da Escola criada na FHDF. Na continuidade, pela Portaria nº 426/1963, o Ministro de Estado da Educação e Cultura autoriza o funcionamento do curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem de Brasília, mantida pela FHDF. A criação desta Escola tem como propósito a formação de mão-de-obra especializada para a equipagem dos locais de assistência à Saúde para uma população que cresce numericamente de maneira relevante.

Na sequência de atos de autorização e regularização, o Conselho de Educação do Distrito Federal, pelo Parecer nº 41/1965, ratifica a emitida Resolução do Ministério da Educação de 1963, dando validade aos diplomas expedidos pela Escola, o que anteriormente era atribuição do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1961).

Neste contexto histórico chama à atenção o Convênio firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) e a FHDF, em 1973, para a “intercomplementaridade no ensino profissionalizante no nível de segundo grau” com a reserva de “70% das vagas da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem para os alunos da rede oficial da Fundação Educacional”. Esta parceria deve ser relacionada como a primeira no DF para o atendimento ao aluno de escola pública, numa preocupação inicial com a integração e oportunidade de emprego para o desenvolvimento social e econômico para uma fração muito significativa da população que é usuária do Sistema Educacional Público.

Pela Portaria da Secretaria de Estado da Educação do DF (SEE/DF) nº 28/1973 a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Brasília passa a ser designada como Escola Técnica de Enfermagem de Brasília (ETEB). Não demorou muito, no ano de 1976, a Escola tem o nome alterado para Centro Interescolar de Saúde de Brasília (CISB) pela Resolução FHDF nº 01/1976.

Em 18 de janeiro de 1977, o Secretário de Educação e Cultura do DF, acatando parecer do Conselho de Educação do DF (CEDF), autoriza os cursos de Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia Médica, Técnico de Laboratório Médico, com as opções de Eletrodiagnóstico Neurológico, Anatomia Patológica,

Citotecnologia e Histologia. Em 1981, foi autorizado o curso Técnico de Hematologia e Hemoterapia.

Em 1982, como já citado para 1973, numa proposta integrada de trabalho, a FEDF e a FHDF celebram novo Convênio para sequenciamento de estudos no 2º grau e garantia de vagas no CISB com reserva de “70% das vagas nos cursos de Auxiliar e Técnico para os alunos do ensino regular da Fundação Educacional”. Mais uma possibilidade de integração entre serviços públicos para aumento de oportunidades de emprego e melhoria de vida da população.

A Portaria SEE/DF nº 06/1988, altera o nome do CISB para Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB). Neste mesmo ano a ETESB foi autorizada a oferecer o curso Técnico em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, com opção em Eletrônica e Eletromecânica e o curso de Técnico em Radiologia Médica – habilitação em Medicina Nuclear.

Em 1990, foi concedida a autorização pelo CEDF para a realização do curso de Técnico em Higiene Dental.

A ETESB, em 2001, passou a pertencer a FEPECS, fundação com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional, sem fins lucrativos, vinculada diretamente à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que, entre outras atribuições, tem a função de mantenedora orçamentária/financeira e de apoio operacional a Escola (DISTRITO FEDERAL, 2001).

Em 2002, pela Portaria nº 310/2002, a SEE/DF credenciou a ETESB para funcionamento por prazo indeterminado e autorizou o funcionamento do curso de Técnico de Enfermagem com Aprofundamento em Estudos de Emergência e do Curso Técnico em Saúde Bucal.

Como reconhecimento pelo trabalho e pela relevância para o Sistema Único de Saúde (SUS), em 2004, a ETESB, tornou-se integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS – RETSUS, rede governamental criada pelo Ministério da Saúde para o incentivo a articulação, troca de experiências e promoção/construção de conhecimentos na área de Educação Profissional em Saúde no âmbito do SUS. No presente, a RETSUS conta com 41 unidades escolares técnicas educacionais espalhadas pelo país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Atualmente, a ETESB tem em seu catálogo cursos técnicos aprovados pelo CEDF em Prótese Dentária, Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho, Saúde Bucal, Análises Clínicas Anatomia Patológica, Hemoterapia, e Vigilância em Saúde, além de cursos de especialização profissional técnica de nível médio em Saúde da Família e Saúde da Pessoa Idosa. Outros cursos de menor duração e de interesse da SES/DF são planejados, elaborados e executados, com jornadas teóricas e práticas variadas.

Deve ser ressaltado que a ETESB é uma instituição educacional tecnicamente autônoma, diretiva, normativa e executiva da Educação Profissional na área da Saúde.

2.2 Atendimento a demanda da Comunidade e da SES/DF

Desde sua criação e implementação de cursos técnicos para o atendimento à comunidade e para as necessidades de capacitação apontadas pela Secretaria de Saúde do DF, a ETESB tem uma estatística de alunos significativa que, certamente, impacta no incremento do atendimento à assistência à Saúde no DF.

Assim, como exemplos mais significantes, foram formados nos cursos auxiliares e técnicos para a comunidade, dentre outros, num universo de 6.491 alunos: Auxiliares de Enfermagem - 4.440; Técnicos em Enfermagem - 960; Técnicos em Higiene Bucal - 320; Técnicos em Análises Clínicas – 263; Especialização de Nível Técnico em Enfermagem em Saúde da Família - 120; Técnico em Hematologia e Hemoterapia – 142.

Para os cursos no interesse da SES/DF, dentre outros aqui não especificados, o número de alunos, num universo de 3.743, foi o seguinte: Aperfeiçoamento em Biossegurança - 339; Básico para Agentes de Vigilância Ambiental – 269; Refletindo sobre o Processo de Envelhecimento – 236; Qualificação em Serviços de Farmácia – 266; Atualização em Administração de Medicamentos – 459; Qualificação em Saúde do Idoso – 132; Agentes Comunitário de Saúde (Formação, Qualificação, Caminhos do Cuidado) – 1.102.

2.3 Características educacionais, pedagógicas e gerenciais da ETESB

A ETESB é um espaço de formação no campo da Educação Profissional em Saúde nas suas três dimensões: Formação Inicial e Continuada (FIC), Educação Profissional e Especialização Pós-Técnica. Sua prioridade é formar quadros no e para o SUS.

A Escola desenvolve um trabalho consoante às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, a fim de alcançar uma aprendizagem que conduza o Corpo Discente ao aperfeiçoamento contínuo da ação educativa, com a adoção de métodos científicos, onde a observação, a pesquisa e a demonstração são inerentes à fixação dos conteúdos inter-relacionados ao contexto da praticidade.

A busca é de desenvolver um processo de ensino-aprendizagem fundamentado na atuação do aluno como agente na construção do seu conhecimento, desenvolvendo a sua capacidade de atuar como profissional de forma competente, responsável e humanizada.

Assim, o cidadão-aluno poderá inserir-se ou permanecer no mundo do trabalho no contexto da Saúde.

A teoria e a prática são indissociáveis no processo de ensino-aprendizagem, pois a construção do saber pelo educando ocorre tanto no contato com o conhecimento quanto na vivência das habilidades adquiridas no mundo real, nos contextos de educação, promoção, cuidado e reabilitação em Saúde.

Os cenários de aprendizagem são as salas de aula, os laboratórios e as diversas unidades de assistência à Saúde da SES/DF, tais como hospitais, unidades básicas de saúde ou centros especializados e também em outros locais que permitam ações de práticas educativas, tais como escolas, centros de convivência, entre outros. Os estudantes têm atividades, ou podem ter, nos cenários da Atenção Primária, Secundária e Terciária em Saúde.

Os currículos dos cursos buscam em sua organização superar a fragmentação dos conhecimentos, assim, o ponto de partida para a construção curricular dá-se, também, pela avaliação do processo de trabalho, identificando-se as competências necessárias para o seu desenvolvimento, considerando ainda o encadeamento do processo de aprendizagem. A interdisciplinaridade contemplada nos currículos e nas práticas pedagógicas procura a harmonia com a integralidade da atenção em Saúde em seus diferentes níveis de complexidade.

As unidades educacionais de cada área temática são trabalhadas em dois momentos: de *concentração* e de *dispersão*. O primeiro é constituído de atividades teórico-práticas e o segundo da aplicação em situações reais das da prática profissional em serviço, que equivale ao estágio curricular supervisionado. Observa-se que os dois momentos – concentração e dispersão – embora diferenciados na operacionalização do trabalho educativo, são concebidos e exercitados de forma integrada. Assim, os temas estudados são permanentemente contextualizados em práticas pedagógicas no mundo do trabalho, permitindo ao aluno resolver, com criatividade e flexibilidade, problemas inerentes às atividades profissionais diárias. (Proposta Pedagógica ETESB/2017)

Os cursos da Escola procuram adotar estratégias para favorecer uma aprendizagem ativa, devendo ressaltar: a produção de mapas vivos das comunidades, que procura colocar o Discente em contato com os determinantes sociais da Saúde e a participação comunitária na construção do processo saúde-doença; o trabalho com projetos de intervenção em situações-problema identificados na vida das comunidades e nos espaços de trabalho; a elaboração de projetos de Educação em Saúde desenvolvidos com foco na comunidade, em escolas e em centros de convivência; estudos de casos relacionados a situações próprias do mundo do trabalho específico de cada profissão; metodologias e instrumentos facilitadores do processo de aprendizagem e de interação com a realidade das comunidades envolvidas.

A ETESB não possui quadro próprio de Docentes. O Professor é um profissional da rede assistencial da SES/DF, com nível superior, preparação pedagógica, com formação para a área/curso que irá trabalhar, com dedicação parcial de jornada de trabalho para a Escola. Devidamente selecionado, com comprovada prática na área de formação, estes Docentes podem assumir a atribuição de Instrutor e Supervisor nas atividades educacionais práticas. Desta forma, o aprendizado é devidamente acompanhado e avaliado.

Em relação à titulação acadêmica, o Corpo Docente da Escola conta com profissionais qualificados em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Para os cursos realizados no interesse técnico da SES/DF são convidados profissionais da assistência da área envolvida, de forma a adequar o aprendizado com as práticas pretendidas e valorizar a competência dos Servidores, além de estimular a permanente capacitação profissional.

A Direção e as Gerencias de Cursos e Pedagógica permanentemente incentivam as participações dos Docentes e dos Servidores do Grupo Gestor em eventos educacionais e profissionais de cada área de atuação.

Para as atividades práticas nos cenários da SES/DF, a Escola seleciona e tem vínculo como outros profissionais da rede assistencial da SES/DF para as atividades de Preceptoría. Estes profissionais têm preparação pedagógica com formação e padronização de condutas para as atividades nos cenários de práticas, considerando as necessárias competências a serem adquiridas pelos Discentes e a responsabilidade com os usuários atendidos pelo serviço de saúde/local de prática.

Uma boa relação profissional e de realização de eventos com a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) – unidade da FEPECS e que possui curso superior de Medicina e de Enfermagem, é permanentemente estimulada pela Direção da Escola, principalmente na discussão de metodologias e suas aplicações no contexto educacional técnico em Saúde, tanto para as Gerencias quanto para o Corpo Docente.

A manutenção do adequado contato com a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (EAP-SUS) – unidade da FEPECS responsável pela organização e sistematização dos cenários de práticas na SES/DF, é fundamental para a escolha, acompanhamento, avaliação e execução das práticas nos espaços desejados e necessários.

Nos processos de gestão a ETESB adota os princípios de gestão participativa, promovendo a discussão de novas propostas de trabalho com o Grupo de Gestão, Gerencias de Cursos e Pedagógica, além dos Docentes envolvidos e com experiência demonstrada. Além disso, a ETESB participa de discussões e elaboração de normas e instruções gerenciais e administrativas no âmbito da FEPECS.

Considerações finais

Para além dos significantes números de alunos que frequentaram as salas de aula e os cenários de práticas dos diversos cursos disponibilizados pela ETESB ao longo desses 60 anos de “vida”, alguns pontos merecem destaque:

- A permanente disponibilidade de atendimento da Escola às demandas da comunidade e da SES/DF;
- A relação harmoniosa da Escola com a SES/DF na organização e execução dos cursos de capacitação e atualização no atendimento das necessidades do trabalho e, por conseguinte, da população atendida;
- A adequada aplicação de metodologias que aproximam o Corpo Discente às atividades práticas na convivência nos cenários de assistência da SES/DF que levam permanentemente o aluno à realidade do trabalho;
- A constante capacitação dos Docentes na aplicação dos conteúdos teóricos e práticos porque também são profissionais da assistência com trabalhos realizados na rotina do atendimento nos serviços de Saúde do DF.

Neste contexto tem relevância demonstrada a relação histórica da Escola, como representante da SES/DF, com a SEE/DF na busca de soluções de capacitação que possam levar ao aumento de oportunidade de emprego e, consequentemente, possível redução de desigualdades sociais.

Da mesma forma, como parte integrante do SUS, a ETESB busca cumprir seu encargo no tocante à formação de mão-de-obra capacitada para a área de Saúde.

Esta Escola, desde muito tempo, e até antes, está comprometida com os princípios da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos emitida pela UNESCO em 2005 e aprovada por unanimidade pelos 191 países constituintes, entre os quais o Brasil. Assim, dentre outros, trazemos o princípio da Responsabilidade Social e Saúde com a promoção da saúde e do desenvolvimento social, a possibilidade de eliminação da marginalização e da exclusão de indivíduos por qualquer que seja o motivo e a contribuição para a redução da pobreza. Da mesma forma, trabalha com a certeza de estar comprometida com o princípio do Compartilhamento de Benefícios, preconizados pelo apoio a serviços de saúde, acesso ao conhecimento científico e tecnológico e por trazer facilidades para geração de capacidade em pesquisa (UNESCO, 2005). Assim, continua a história. ■

Referências bibliográficas

- BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. “Crêa nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendiziz Artífices, para o ensino profissional primário gratuito”. Acesso em: 01 fev 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- _____. **Decreto nº 19.402**, de 14 de novembro de 1930. “Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública”. Acesso em: 01 fev 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>.
- _____. **Lei nº 378**, de 16 de janeiro de 1937. “Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública”. Acesso em: 01 fev 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>.
- _____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. “Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Acesso em: 01 fev 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001**. “Dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde. Acesso em: 01 fev 2020. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50633/Lei_2676_12_01_2001.html>.
- GOTTEMS, L. B. D.; EVANGELISTA, M. S. N.; PIRES, M. R. G. M.; SILVA, A. F. M.; SILVA, P. A. Trajetória da política de atenção básica à saúde no Distrito Federal, Brasil (1960 a 2007); análise a partir do marco teórico do neo-institucionalismo histórico. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(6):1409-1419, jun, 2009.
- GOTTEMS, L. B. D.; ALMEIDA, M. O.; RAGGIO, A. M. B.; BITTENCOURT, R. J.. O Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, Brasil (1960 a 2018): revisando a história para planejar o futuro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 24(6): 1997 – 2008, 2019.
- LOUZADA, S. **A inauguração de Brasília pelas lentes dos fotógrafos de O Cruzeiro e Manchete**. In: XXVI Congresso Anual em Ciências da Comunicação, Belo Horizonte. 2003. Acesso em: 26 jan 2020. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/27913461118952566088878591957924642657.pdf>>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.651**, de 10 de outubro de 2017. “Dispõe sobre a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RE-T-SUS)”. Acesso em: 01 fev 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19354662/do1-2017-10-16-portaria-n-2-651-de-10-de-outubro-de-2017-193546603>.
- PAIVA, F.S.. Ensino Técnico: uma breve história. **Revista Húmus**, São Luís, nº 8: 35-49, Mai/Jun/Ago 2013.
- SENADO FEDERAL. Agência Senado. **Do quadrilátero Cruls ao patrimônio histórico e cultural da humanidade**, 2010. Acesso em: 26 jan 2020. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not02.asp>>
- UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Brasília: Cátedra Unesco de Bioética/UnB; 2005. Acesso em: 10 jun 2015. Disponível em: <<http://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2015/05/Declaração-Universal-sobre-Bioética-e-Direitos-Humanos.pdf>>.